

Ano 27 - nº 6.897 – 13 de setembro de 2023

Trabalhadoras cobram retomada de políticas contra violência às mulheres

De acordo com dados divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o registro de novos casos de feminicídio e violência doméstica contra a mulher cresceu cerca de 40% nos tribunais estaduais em 2022. Enquanto os casos pendentes na Justiça, que permanecem em tramitação sem que tenham sido totalmente encerrados, subiram 15%.

O combate a essa forma de violência é pauta da CUT desde a sua fundação. No início dos anos 2000, a Central promoveu a campanha “Violência contra a mulher: tolerância nenhuma”. Medidas como a Lei Maria da Penha, aprovada durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em 2006, e a Lei do Feminicídio, que entrou em vigor durante a gestão da ex-presidenta Dilma Rousseff, em 2015, tornaram-se importantes ferramentas para o combate à opressão. Mas é preciso debater e cobrar continuamente políticas públicas voltadas à prevenção e combate a essa forma de violência, destaca a Secretária da Mulher Trabalhadora da CUT Nacional, Juneia Batista.

Para a dirigente, o crescimento dos casos está diretamente relacionado ao corte de medidas relacionadas ao tema durante o governo do ex-presidente, hoje inelegível, Jair Bolsonaro (PL). Segundo dados do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), de setembro de 2022, em quatro anos, Bolsonaro propôs 94% menos recursos para políticas específicas de combate à violência contra a mulher em comparação ao valor investido nos quatro anos anteriores.

Além dos debates no país, a CUT tem dialogado com parceiros internacionais para discutir como combater a violência contra as mulheres. Na última semana, Juneia participou de uma reunião do Comitê de Mulheres das Américas ligado à Confederação Sindical das Américas (CSA), entidade ligada à Confederação Sindical Internacional (CSI). O relatório do encontro será apresentado à ministra das Mulheres, Cida Gonçalves.

Outro avanço importante foi a aprovação, no último dia 4 deste mês, de parecer que prevê a demissão de servidor em caso de assédio sexual e que valerá para todos os órgãos do Poder Executivo federal.

Saúde Caixa: Hoje tem reunião do GT

O Grupo de Trabalho sobre o Saúde Caixa, formado por representantes dos empregados e do banco, se reunirá nesta quarta-feira (13), a partir das 15h30min, para dar continuidade às negociações sobre o plano de saúde dos trabalhadores. “Queremos encontrar a melhor proposta para os empregados e para a manutenção de um plano de saúde de qualidade”, disse a coordenadora da Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa, Fabiana Uehara Proscholdt.

Alguns entraves para se chegar ao acordo é a viabilidade para todos os usuários, recriação das gerências regionais (Gipes) para permitir melhor atendimento aos usuários, profissionais de saúde, clínicas e hospitais credenciados com abrangência de fato nacional (existem cidades onde não existem credenciados).

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA ESPECÍFICA

O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e no Ramo Financeiro dos Municípios de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto, com CNPJ/MF sob o nº 31.168.602/0001-86 e Registro sindical nº 103236-57, por seu presidente abaixo assinado, convoca todos os bancários, sócios e não sócios, da base territorial deste sindicato, que prestam serviço para o Banco Santander (Brasil) S.A. para a assembleia geral extraordinária específica que se realizará de forma remota/virtual durante o período das 08:00 horas até às 20:00 horas do dia 15 de setembro de 2023, na forma disposta no site: <http://www.sindbancariospetropolis.com.br/>, onde estarão disponíveis todas as informações necessárias para a deliberação acerca da aprovação do Acordo Coletivo de Trabalho sobre Regime Especial de Compensação de Horas, com vigência de 01 de setembro de 2023 a 31 de março de 2024 a ser celebrado com o Banco Santander (Brasil) S.A.

Petrópolis/RJ, 13 de setembro de 2023.

Sávio Barcellos Eiras
Presidente